

Senhor
Milton Luiz de Melo Santos, Presidente
Marco Aurélio Crocco Afonso, Vice-Presidente
Associação Brasileira de Desenvolvimento
Brasília, Brasil

Ref.: ATN/CF-15571-RG. Cooperação Técnica Regional Não-Reembolsável. Programa de Financiamento Verde para a América Latina e Caribe para mobilizar investimento privado nas ações de mitigação e modelos de negócios sustentáveis e de baixo carbono por meio de Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento.

Prezado Senhor Presidente,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na condição de Administrador dos recursos da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério Federal de Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha, destinados a este Programa (*Project Specific Grant*) (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário, (doravante denominada “Cooperação Técnica”), para apoiá-lo na preparação de um Programa para mobilizar investimento privado nas ações de mitigação e modelos de negócios sustentáveis e de baixo carbono por meio de Bancos Nacionais de Desenvolvimento e Agências de Fomento (doravante denominado “Programa”). Os termos da Cooperação Técnica estão incluídos no Documento de Cooperação Técnica que está anexado e é considerado parte integrante deste Convênio. Os aspectos principais da operação são os seguintes:

1. O montante dos fundos outorgados pelo Banco para a realização da Cooperação Técnica será de US\$ 400.000,00 (quatrocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), ou seu equivalente em outras moedas conversíveis, que serão desembolsados a débito dos recursos da IKI (doravante denominada “Contribuição”). A Contribuição é outorgada em caráter não-reembolsável.

2. O prazo para a execução do Programa será de 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio. O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir de tal data. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro de tal prazo será cancelada. Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.
3. Por solicitação do Beneficiário, o Banco utilizará os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação Técnica.
4. O Beneficiário se compromete a colaborar com os consultores na realização de suas tarefas e a fornecer o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. Tal apoio em contribuição não pecuniária é estimado como o equivalente a US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).
5. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos consultores não comprometerão o Banco, que se reserva o direito de formular a respeito as observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.
6. O Beneficiário se compromete a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que o mesmo contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, em cujo caso o Beneficiário deverá identificar tal informação dentre as disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto do presente Convênio, uma vez que o mesmo tenha entrado em vigor e o prazo acima referido tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário.

Atenciosamente,

/a/

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

De acordo:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE
DESENVOLVIMENTO - ABDE

/a/

Milton Luiz de Melo Santos
Presidente

Data: 19 de Junho de 2017

/a/

Marco Aurélio Crocco Afonso
Vice-Presidente

Data: 19 de Junho de 2017

ANEXO

Documento de Cooperação Técnica

I. Informações básicas da CT

País/Região:	Regional
Nome da CT:	Programa de Financiamento Verde para a América Latina e Caribe para mobilizar investimento privado nas ações de mitigação e modelos de negócios sustentáveis e de baixo carbono por meio de Bancos Nacionais de Desenvolvimento
Número da CT:	RG-X1244
Chefe de equipe/Membros:	Maria Netto (IFD/CMF), Chefe de equipe; Juan José Gomes (IFD/CMF); Chefe de equipe substituto; Claudio Alatorre (INE/CCS); Gloria Visconti (INE/CCS); Daniel Hincapie (ORP/PTR); Claudia Ogialoro (OPR/GCM); José Ramón Gomez (ENE/CCO); Rodrigo Aragon Salinas (ENE/CME); Leticia Riquelme (CMF/CME); Francisco Demichelis (CMF/CPR); Luciano Schweizer (CMF/CBR); María Margarita Cabrera (IFD/CMF); Alexander Vasa (IFD/CMF); Johan Arroyo (IFD/CMF); Michael Hofmann (MIF/MIF); Betina Tirelli Hennig (LEG/SGO); Maria Eugenia Roca (VPC/FMP); Micha Martin Van Waesberghe (KNL/KNM); Gloria Lugo (IFD/CMF).
Taxonomia:	Atendimento ao cliente:
Data da autorização do resumo:	Não aplicável
Beneficiário:	Ministério da Fazenda do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), Brasil; Fundo para o Financiamento do Setor Agropecuário (FINAGRO), Colômbia; Banco Nacional de Comércio Exterior (BANCOMEXT), México; Fideicomiso de Fomento de Mineração (FIFOMI), México; Sociedad Hipotecaria Federal (SHF), México; Agência Financeira de Desenvolvimento (AFD), Paraguai; Banco da República Oriental do Uruguai (BROU), Uruguai.
Agência de fomento:	Banco Interamericano de Desenvolvimento através da Divisão de Mercados de Capital e Instituições Financeiras (IFD/CMF)
Doadores que oferecem recursos financeiros:	Iniciativa Climática Internacional (ICI)
Recursos financeiros solicitados do BID:	US\$ 5.495.000 ¹
Recursos financeiros de congêneres locais:	US\$ 1.099.000
Período de desembolso:	66 meses (período de execução: 60 meses)
Data de início exigida:	01 de dezembro de 2015
Tipos de consultoria:	Empresas e consultores individuais
Elaborado pela unidade:	IFD/CMF
Unidade responsável pelo desembolso:	Setor Instituições para o Desenvolvimento / Divisão de Mercados de Capital e Instituições Financeiras (IFD/CMF)
CT incluída na Estratégia de Países:	Não
CT incluída na DPP:	Não
Prioridade do setor GCI-9:	(i) Instituições voltadas para o crescimento e bem-estar social; e (ii) proteger o meio ambiente, reagir às mudanças climáticas e promover a energia renovável

¹ Esses fundos serão administrados pelo BID através da doação específica por projeto (PSG) não reembolsável. O BMUB contribuirá com € 5.000.000, equivalente a US\$ 5.495.000 na taxa de câmbio de 1.099 (em abril de 2015, Fonte: EX). Essa PSG será administrada pelo BID de acordo com o documento SC-114. De acordo com este documento, o compromisso do BMUB com a PSG será estabelecido em um contrato administrativo separado.

II. Objetivos e justificativa da CT

- 2.1** A maioria dos países tem oportunidades comerciais em Eficiência Energética (EE) e Energia Renovável (ER), mas ainda falta a capacidade para identificar essas oportunidades e reunir projetos financiáveis para organizar a demanda por soluções tecnológicas de EE e ER. Há também uma falta de estratégias de financiamento integradas que unam instrumentos financeiros e não financeiros necessários para lidar com os diferentes riscos e barreiras financeiras associados com esses projetos para estimular o investimento privado local. Além disso, há uma falta de entrosamento no mercado, não apenas em termos de exigências por esse tipo de projeto, mas entre beneficiários potenciais, prestadores de serviços energéticos e tecnológicos, Instituições Financeiras Locais (IFLs) e outros participantes do mercado, como as seguradoras. Como consequência, mercados locais carecem de mecanismos para construir confiança e facilitar uma situação com benefícios para todos na elaboração e implementação desse tipo de projetos. Os países da América Latina e Caribe (ALC) já tomaram iniciativas para promover os investimentos em EE/ER, a maioria delas não conseguiu integrar todos os participantes chave e alinhar seus interesses e necessidades.
- 2.2** Os países parceiros (Brasil, Colômbia, México, Paraguai e Uruguai) têm significativas oportunidades comerciais em EE/ER,² baseados nas condições naturais favoráveis (por exemplo, sol, vento) e nos equipamentos ineficientes instalados atualmente em vários setores econômicos. Além disso, a capacidade de geração de energia da ALC pode dobrar nos próximos vinte anos para satisfazer a crescente demanda por eletricidade.³ As tecnologias de EE e ER não convencionais reduzem as necessidades de-nova capacidade energética de combustíveis fósseis e seus encargos fiscais, em uma região que tradicionalmente tem enfrentado fortes restrições orçamentárias.⁴
- 2.3** No entanto, a situação inicial dos países alvo é caracterizada por um índice relativamente baixo de investimentos privados em EE e ER. Projetos e investimentos diretos financiados através das IFLs ainda são poucos na ALC devido a um conjunto de barreiras gerais, incluindo, entre outros:⁵ (i) disponibilidade limitada de crédito para investimentos em termos e condições

² Veja [1] Vergara, Alatorre; Alves (2013) Repensando nosso futuro energético: Um relatório oficial sobre ER para o Fórum Regional 3GFLAC; [2] Flavin; Gonzalez; Majano; Ochs; Rocha; Tagwerker (2014) Estudo sobre o Desenvolvimento do Mercado de ER na ALC; [3] Gischler; Janson (2011) Perspectivas para a Geração Distribuída com ER na ALC: Análise de Estudos de Casos na Jamaica, Barbados, México e Chile; [4] BID e Banco Mundial (2009) Implementação de medidas de EE e ER: Desafios e Oportunidades na ALC; [5] BMWi (2014) – Zielmarktanalysen - Exportinitiativen Erneuerbare Energien und Energieeffizienz; and [6] UNECLAC (2014): EE na ALC: Progresso e Desafios dos últimos cinco anos.

³ O Banco Mundial estima que investimentos anuais adicionais alcancem os US\$ 20 bilhões Banco Mundial, Energia Sustentável para Todos All, 2012.

⁴ Farrell, Remes, Bressand, Laabs, Sundaram; Fevereiro de 2008. O caso para investir em produtividade energética.

⁵ Sarkar & Singh (2010): Financiamento de EE nos países em desenvolvimento - lições aprendidas e desafios remanescentes. Política energética 38 (10), 5560-5571., IRENA (2012) Mecanismos Financeiros e Quadro de Investimentos para ER nos Países em Desenvolvimento

adequadas; (ii) falta de conhecimento das IFLs sobre os riscos e benefícios dos projetos de EE/ER e de como promovê-los, analisá-los, organizá-los e financiá-los;⁶(iii) falta de conhecimento dos beneficiários potenciais sobre os benefícios econômicos dos investimentos em projetos de EE/ER; (iv) períodos de retorno de investimento longos de projetos de EE/ER se comparados com as atividades normais financiadas pelos Bancos; (v) a ideia de que esses projetos não são investimentos comuns; e (vi) falta de capacidade financeira de tecnologia energética local ou de prestadores de serviços. Embora eles estejam bem informados sobre as tecnologias alternativas e sobre como organizar tecnicamente projetos sólidos de EE/ER, eles costumam ter um capital inicial pequeno que os permite investir diretamente nessas tecnologias. É importante destacar que em outras economias mais avançadas, companhias prestadoras de serviços de energia conseguem financiar projetos de investimento em EE mais facilmente através do modelo das ESCO⁷.

- 2.4** Para lidar com essas barreiras, uma linha de crédito precisa estar acompanhada de um conjunto de atividades e instrumentos de mitigação de riscos que irá garantir que qualquer risco real ou estimado seja levado em conta, e que os projetos financiados realmente resultem em economia de energia e geração de ER tangíveis, respectivamente, bem como na redução das emissões de gás de efeito estufa (GEE).
- 2.5** Os Bancos Nacionais de Desenvolvimento (BNDs) estão em uma posição diferenciada para mobilizar as IFLs e os investidores privados, alinhar o financiamento de desenvolvimento com as medidas de mitigação de prioridade nacional e canalizar recursos financeiros climáticos internacionais para promover o aumento dos investimentos em projetos de EE e ER.
- 2.6** O BID é uma instituição financeira multinacional que tem o mais longo histórico de trabalho com os BNDs na região da ALC. Na verdade, o Banco tem apoiado há muito tempo os BNDs da região na estruturação do financiamento de desenvolvimento e no aumento dos investimentos privados em produtividade e sustentabilidade ambiental. Nos últimos anos, o BID tem trabalhado cada vez mais com os BNDs para integrar as questões das mudanças climáticas (MC) e ambientais em seus negócios através do desenvolvimento de estratégias de financiamento concebidas para promover o financiamento "verde" na região da

⁶ Os projetos de EE e ER também podem enfrentar os problemas de 'preço' ou 'modelagem financeira' para mutuantes, bem como dificuldades no acesso ao financiamento devido à falta de garantia colateral.

⁷ A ESCO é uma empresa sem fins lucrativos ou comerciais que oferece uma ampla gama de soluções energéticas incluindo elaboração e implementação de projetos de economia de energia, readaptação, conservação de energia, terceirização da infraestrutura energética, geração de energia e fornecimento de energia, e gestão de riscos.

ALC⁸ e finalmente catalisar investimentos privados nesta área com o apoio de fontes de financiamento climático internacional.⁹

- 2.7** O Programa sugerido seria constituído para aprimorar e aumentar as atividades atuais do BID para promover esforços dos BNDs em financiamento “verde” na Região. Ele tem como objetivo apoiar a estruturação de projetos financiáveis e aumentar os investimentos do setor privado em EE e ER através do fortalecimento dos BNDs para organizar e coordenar estratégias de financiamento inovadoras em cinco países da ALC. O programa apoiará: (i) avaliação de oportunidades de nichos de mercados; (ii) desenvolvimento e combinação de compartilhamento de riscos personalizado e de mecanismos financeiros e não financeiros para aumentar os investimentos em EE e ER; (iii) compromisso das IFLs na implementação de novos produtos financeiros; (iv) identificação e compromisso de prestadores de serviços tecnológicos e de partes interessadas do mercado em organizar a demanda; e (v) desenvolvimento de normas e mecanismos de monitoramento, apuração, validação, os resultados positivos previstos em EE e ER decorrentes dos projetos de investimento no setor privado.
- 2.8** Os tipos de tecnologias e intervenções a serem promovidas variarão de acordo com o país e tipo de BND, possibilitando que o Programa apoie diferentes tipos de intervenções. Na verdade, espera-se que o Programa apoie a elaboração de instrumentos para emissão de títulos ambientais e a gestão de riscos das PPPs (Ministério da Fazenda no Brasil e BNDES), investimentos em geração de fontes de energia não convencionais, renováveis (BROU e BANCOMEX) investimentos em EE em PMEs (AFD e FIFOMI), EE em moradia em cidades médias (SHF) e EE e ER em zonas rurais (FINAGRO).
- 2.9** Espera-se que o Programa tenha um efeito de transformação importante e de longo prazo no mercado através das atividades de projeto, como também que crie condições para que as IFLs comecem a ver os projetos de EE e ER como oportunidades de negócios potenciais e “financiáveis”. Espera-se também que o Programa apoie a criação de um ambiente favorável para garantir que o mercado tenha capacidade suficiente de lançar desenvolvedores e empresas para desenvolver canais de projetos de EE e ER financiáveis e que esses investidores consigam investir nesses canais.
- 2.10** Essa CT está alinhada com duas prioridades do setor conforme o GCI-9: Instituições voltadas para o crescimento e o bem-estar social, e proteger o meio ambiente, responder às MCs e promover as ER. A equipe de projeto garantirá que

⁸ Esta CT complementa e usa lições aprendidas de outras atividades da CT em curso (RG-T2160, RG-T2159, RG-T2166, RG-T2335, RG-T2338 e RG-T2340) com a qual o BID tem apoiado os BNDs com relação aos programas de financiamento ambiental.

⁹ Exemplos incluem a união de recursos do BID e do BND com CTF, FIP, GEF e doadores bilaterais, como KfW e AFD, em programas de reestruturação (para mais informações veja: [IDB-BK-116](#), capítulo 6, [IDB-MG-148](#) e [IDB-TN-437](#).)

os mecanismos de apoio elaborados nesta CT estejam totalmente coerentes com os documentos do marco setorial e as políticas pertinentes relacionadas aos benefícios ambientais potenciais e aos setores específicos priorizados pelos beneficiários.

III. Descrição de atividades/componentes e orçamento¹⁰

- 3.1 Componente 1:** Cada BND receberá reforço na sua capacidade e apoio para desenvolver estratégias de financiamento personalizadas e prontas compostas de uma combinação de instrumentos financeiros e não financeiros através das seguintes atividades: (i) análise da viabilidade para determinar prioridade dos setores de EE/ER por país de implementação / ordenado por BND, (ii) avaliações de mercado, (iii) apoio na elaboração de uma estratégia de financiamento que ofereça apoio para organizar tanto o fornecimento quanto a demanda por financiamento, e (iv) apoio no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e verificação de impactos previstos nas estratégias de financiamento.
- 3.2 Componente 2:** Esse componente apoiará todo beneficiário do BND na implementação de estratégia de financiamento através das seguintes atividades: (i) apoio ao BND na definição da quantia inicial e final de financiamento; (ii) apoio no desenvolvimento do plano de implementação da estratégia de financiamento, no orçamento e na avaliação da capacidade para adotar a estratégia em sua estrutura atual; (iii) apoio na divulgação e promoção dos instrumentos financeiros especializados e alocados; (iv) apoio na identificação de projetos piloto para as estratégias de financiamento; e (v) apoio, quando apropriado, no desenvolvimento de propostas de projeto para obter financiamento climático internacional.
- 3.3 Componente 3:** Esse componente promoverá a coleta e o compartilhamento de melhores práticas e experiências entre os BNDs na promoção do financiamento para investimentos em EE e ER na ALC. Esse trabalho aproveitará as ferramentas de compartilhamento de informações já existentes no BID¹¹. Em particular, o trabalho irá financiar: (i) desenvolvimento de estudos, seminários por internet, apresentações, boletins informativos e diretrizes que demonstrem experiência; (ii) organização de eventos regionais e nacionais para compartilhar experiências e disseminar produtos de conhecimento com outros BNDs, IFLs, prestadores de serviços tecnológicos e desenvolvedores de projeto potenciais; (iii) organização de treinamento e consultoria de primeiro nível entre as IFLs e empresas e prestadores de serviços energéticos a ser promovidas através das instalações e

¹⁰ Detalhes sobre a estrutura e componentes do Programa podem ser encontrados no Documento de Proposta do Projeto ([IDBDOCS 39829877](#)) apresentado e aprovado pelo BMUB.

¹¹ O “[Klave Finanzas Verdes](#)” e a [comunidade de práticas para o IFs sobre crédito ambiental](#). Também aproveitará e colaborará com outras iniciativas do BID para apoiar o financiamento de EE e ER, incluindo iniciativas nacionais específicas de outras divisões e departamentos do BID, bem como iniciativas regionais tais como a Iniciativa GREENPYME da CII e o Programa EE Regional do BID (SCF) e colaborações do BID contínuas com outras iniciativas internacionais, como SE4ALL e NAMAS. O programa também buscará a colaboração de outras instituições importantes para promover financiamento “verde”, como ECLAC, IEA, UNEP FI, bem como bancos de desenvolvimento bilaterais.

sistemas de promoção e treinamento e com apoio técnico de especialistas técnicos; (iv) treinamento de BNDs beneficiários sobre como as atividades de mitigação das MCs sujeitas aos novos acordos de MCs se referem às atividades do setor privado e podem ser alavancadas pelo financiamento climático internacional; e (v) elaboração e manutenção de uma interface na internet especializada para o Programa e suas atividades a ser divulgada nos sites do BND voltados para o BID.

3.4

I. Matriz de Resultados Indicativa

	Unidade	Parâmetro		Ano 1 - 5		Data* prevista de conclusão	Fonte de dados
		Valor	Ano	Planejado	Real		
Comp. 1: Concluir os estudos de análise de viabilidade identificando setores a serem priorizados	#	0	2015	7		12/2015	Beneficiário e sistemas de informações do BID
Comp. 1: Concluir os estudos de avaliação de mercado identificando as barreiras financeiras e não financeiras a serem enfrentadas.	#	0	2015	7		05/2016	Beneficiário e sistemas de informações do BID
Comp.1: Estratégia financeira pronta, incluindo um conjunto de mecanismos financeiros e não financeiros desenvolvidos**	#	0	2015	7		05/2017	Beneficiário e sistemas de informações do BID
Comp.2: Número de estruturas especializadas do BND para apoiar estratégias de financiamento a fim de promover EE e ER	#	0	2015	7		11/2017	Beneficiário e sistemas de informações do BID
Comp.2: As IFLs foram consultadas pelo BNDs a respeito das estratégias de financiamento para promover investimentos em EE e ER (5 por beneficiário/país)	#	0	2015	35		11/2017	Beneficiário e sistemas de informações do BID e Levantamentos
Comp. 2: Sistemas operacionais completos para monitoramento e avaliação	#	0	2015	7		12/2017	Beneficiário e sistemas de informações do BID
Comp. 3: Número de produtos para aprendizagem (técnicos, relatórios, ferramentas, <i>e-learning</i>) para uso dos grupos alvo	#	0	2015	28		06/2020	" Klave Finanzas Verdes ", Finanzascarbono
Comp. 3: Feedback positivo dos participantes beneficiando-se dos workshops e eventos utilizam conhecimento	%	0	2015	80%		06/2020	Beneficiário e sistemas de informações do BID

* As datas exatas de entrega dos serviços podem variar dependendo dos planos de trabalho específicos desenvolvidos com cada um dos beneficiários. Veja também o [Diagrama de Gantt](#) de todas as atividades do programa.

** Como mencionado anteriormente, as estratégias de financiamento devem resultar no financiamento atribuído pelos BNDs (e potencialmente pelo BID e fontes de financiamento climático internacional). A dimensão dos programas e sua influência no financiamento privado para investimentos em EE e ER dependerão de setores e estratégias, mas o programa fará questão de rastrear devidamente essas informações.

- 3.5** O valor total dessa CT é de cerca de US\$ 6.594.000. O valor de US\$ 5.495.000¹² será oferecido pela Iniciativa Climática Internacional (ICI) do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da Alemanha. Há contrapartida em espécie (econômica) dos beneficiários no total de US\$ 1.099.000 (cada um dos beneficiários contribuirá com cerca de US\$ 137.000).
- 3.6** Recursos desse projeto a serem recebidos do BMUB serão oferecidos ao Banco através de uma Doação Específica por Projeto (PSG) e serão administrados de acordo com o “Relatório sobre COFABS, Ad-Hocs e CLFGS e uma Proposta para Unificá-los como PSGs” (Documento SC-114) Como contemplado nesses procedimentos, o compromisso do BMUB será estabelecido através de um esquema administrativo diferente. Sujeitos a esse esquema, os recursos para esse projeto serão administrados pelo Banco e o Banco cobrará uma taxa administrativa de 5% da contribuição, que estará devidamente identificada no orçamento desse projeto. A taxa administrativa de 5% será cobrada após a contribuição ter sido recebida e convertida em dólares norte-americanos.
- 3.6** Pode haver a possibilidade de que doadores adicionais estejam interessados em apoiar a CT proposta com contribuições financeiras adicionais ao projeto depois de o projeto ter sido aprovado pela Diretoria do BID. Nesse caso e à medida que o futuro doador ou doadores possa contribuir com recursos para apoiar qualquer dos componentes do projeto incluídos no presente na forma de um PSG, o BID firmará um compromisso com cada doador através de um contrato administrativo sem a exigência de elaboração e aprovação de uma proposta de projeto diferente. Sujeitos a tais contratos administrativos, os recursos oferecidos pelo doador serão administrados pelo Banco e o Banco cobrará uma taxa administrativa de acordo com as políticas vigentes de administração do Banco para taxas de contribuições de doadores para fundos fiduciários e PSGs.¹³
- 3.7** O BID firmará acordos com cada um dos beneficiários para desembolsar os recursos do PSG. Esses acordos serão firmados após o doador ter assinado o respectivo contrato administrativo com o BID e desembolsado os fundos para o Banco. O Programa proposto supõe que cada BND ofereça financiamento (através de linhas de crédito, garantias e outros instrumentos financeiros) ao setor privado (diretamente ou por meio das IFLs) de em média US\$50 milhões e que esse

¹² Esse valor é equivalente a 5.000.000 euros, baseado na taxa de câmbio euros x dólar de 1.099 encontrada no site XE (conversor universal de moeda), em 03 de abril de 2015. Os recursos finais em dólares norte-americanos dependerão da taxa de câmbio na data, quando os recursos forem desembolsados para o Banco pelo BMUB em euros e convertidas em dólares norte-americanos. Se uma movimentação contrária significativa nas taxas de câmbio reduzirem o valor em dólares norte-americanos contemplados neste orçamento, e essa quantia não puder ser coberta pelo item da linha de contingência, as atividades contempladas no projeto serão reduzidas de forma apropriada e o orçamento será reajustado.

¹³ Condizentes com os mecanismos sujeitos à OP-219-3 relacionada às PSGs, os recursos de co-financiamento obtidos em apoio a esta operação serão incluídos de acordo com o contrato de co-financiamento correspondentes e direcionados aos componentes estabelecidos acima, portanto aumentando seu alcance e impacto. A aprovação de uma proposta de projeto diferente só será necessária se o doador quiser financiar um componente não incluído na operação aprovada da Diretoria, ou se a operação co-financiada proposta não tiver incluída nos procedimentos e políticas do Banco.

financiamento deve mobilizar / beneficiar financiamentos do setor privado para investimentos em EE e ER. Espera-se que, em média, até maio de 2020, para cada dólar financiado pelo BND, pelo menos US\$1 do financiamento do setor privado seja utilizado para promover os investimentos acima mencionados.

IV. Agência de fomento e estrutura de execução

- 4.1** A CT proposta apoiará oito contrapartes (Ministério da Fazenda no Brasil com BNDES, FINAGRO, BANCOEX, SHF, FIFOMI, AFD, e BROU) de cinco países diferentes (Brasil, Colômbia, México, Paraguai e Uruguai). Dada a diversidade de participantes que esta CT almeja apoiar e seu alcance regional, recomenda-se que o BID, através da Divisão IFD/CMF, coloque-a em prática diretamente a fim de possibilitar uma coordenação centralizada dos diversos estudos e garantir sua disseminação apropriada nos países e na região.
- 4.2** Para garantir uma realização apropriada, a equipe de projeto organizará a divulgação, reuniões de revisão/áudio-conferências na metade do prazo e ao final com os consultores e as entidades beneficiárias para cada uma das fases contempladas em seus subprojetos especiais.
- 4.3** A supervisão técnica e administrativa do programa de assistência técnica proposto será de responsabilidade de IFD/CMF.
- 4.4** Os recursos financeiros desta operação serão usados para contratar serviços de consultoria, bem como para pagar os custos de viagem e a organização dos eventos de divulgação e capacitação. O Banco contratará consultores individuais, empresas de consultoria e serviços que não consultoria de acordo com os procedimentos e políticas de compras vigentes do Banco.¹⁴
- 4.5** A equipe de projeto será responsável pela elaboração e apresentação ao doador de todos os relatórios de execução de acordo com a cláusula do Contrato Administrativo. Se ao final da execução do projeto, o projeto for encerrado com um saldo não utilizado, não comprometido e positivo, a equipe de projeto será responsável por avisar ao ORP/GCM para transferir o saldo não utilizado conforme acordado pelo doador de acordo com os termos do Contrato Administrativo da PSG.¹⁵

V. Principais questões

- 5.1** Dado que o trabalho proposto nesta CT é altamente técnico, existe um risco de não se obter bons resultados caso o trabalho realizado pelos consultores não seja

¹⁴ Serão aplicados os seguintes procedimentos: (a) Consultores individuais - procedimentos de Recursos Humanos (AM-650), (b) Empresas de Consultoria – as políticas para seleção e contratação de consultores financiados pelo BID (GN-2350-9) utilizando o *e-Sourcing*, (c) Serviços de não consultoria – Procedimentos e políticas de compra corporativa (GN-2303-20).

¹⁵ Todos os contratos administrativos da PSG incluem disposições sobre o uso de saldos não utilizados.

devidamente monitorado. A CT garantirá que os materiais desenvolvidos serão revisados pelos pares. A garantia de um acompanhamento técnico atento e controle de qualidade do apoio oferecido é também uma das razões pela qual a CT é realizada pelo BID (IDF/CMF) com apoio metodológico do INE/CCS, INE/ENE, ORP e KNL. Esta CT requer um forte comprometimento dos beneficiários e envolvimento contínuo dos responsáveis pelos investimentos das IFLSs e do BID para continuar promovendo linhas de crédito "verde". Para isto, o programa garantirá treinamento contínuo a esses responsáveis. Espera-se que os congêneres dediquem o tempo da equipe apropriado e os recursos logísticos necessários para a implementação da CT. O Banco garantirá que os beneficiários estão de acordo com estas condições através da assinatura conjunta desses acordos, como uma condição prévia para receber o apoio desta iniciativa.

VI. Exceções às políticas do Banco

6.1 Não estão previstas exceções às políticas do Banco.

VII. Estratégia Social e Ambiental

7.1 Baseado na Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas(OP-703), a CT foi classificada na categoria C (ver: [toolkit de classificação](#)). Não foram identificados impactos sociais e/ou ambientais negativos e potenciais na CT e, portanto, não é necessária nenhuma estratégia de mitigação para resolver qualquer impacto.

Anexos necessários

- Anexo I: [Solicitações dos clientes/beneficiários](#)
- Anexo II: [Termos de referência para atividades/componentes a serem adquiridos](#)
- Anexo III: [Plano de Aquisições](#)
- Anexo IV: [Integração do projeto às estratégias dos países alvo](#)